



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**11/05/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CONVÊNIOS.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 3
1.3. DESEMBARGADOR.....	4 - 7
2. JORNAL EXTRA	
2.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	8 - 9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	10

## Passagem Franca adere à campanha “Maranhão na Prevenção às Drogas” com forte articulação das instituições

Com uma articulação já adiantada, com todas as leis municipais necessárias aprovadas, foi lançada na Comarca de Passagem Franca, nessa segunda-feira (8), a campanha “Maranhão na Prevenção às Drogas”, através da adesão do município ao projeto “Parceiros pela Paz”. A iniciativa foi encampada pela juíza titular da comarca, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, com a parceria do Ministério Público e Prefeitura local.

O lançamento, que ocorreu no Centro de Ensino Antônio Reinaldo Porto, foi a oportunidade para que

as pessoas conhecessem o objetivo e as metas do projeto capitaneado pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas – formado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público do Maranhão, Câmara Federal e Polícia Rodoviária Federal.

“O problema das drogas é um pecado social, aquele em que todos nós somos responsáveis de alguma maneira. Nossa juventude está se perdendo e os três únicos destinos de quem se envolve com a droga são acabar com a saúde, prisão e morte. Não podemos ficar sem fazer

nada. Juntos, como estamos fazendo, podemos iniciar uma batalha e conseguir bons resultados, mesmo que estejamos longe de ganhar a guerra”, disse o desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que prestigiou o evento. Para ele, o projeto é um exemplo de que as instituições, conjuntamente, podem promover grandes avanços em problemáticas que atingem a sociedade.

No comitê, o juiz auxiliar Júlio Praseres é o representante do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem mobilizado magistrados em

todo o Estado para abraçarem a campanha. “Temos dado todo o apoio para que os juízes se interessem e se mobilizem para levar a campanha e o projeto para suas comarcas”, pontuou.

Além dele, integram o comitê o juiz de Bacabal, Jorge Leite, que já trabalha a prevenção das drogas em projeto na comarca, as promotoras Sandra Garcia e Cristiane Lago, a deputada federal Elizane Gama, pela Comissão Externa de Políticas sobre Drogas da Câmara, além de representantes da Polícia Rodoviária Federal e Federação dos Municípios (FAMEM).

## Ex-prefeito de Buriti é condenado a ressarcir erário por gasto com promoção pessoal



*O ex-prefeito de Buriti, Francisco Evandro Freitas Costa Mourão, foi condenado a ressarcir o Município por ter usado dinheiro público para pagar matéria jornalística como instrumento de promoção pessoal.*

# Ex-prefeito de Buriti é condenado a ressarcir erário por gasto com promoção pessoal

O ex-prefeito de Buriti, Francisco Evandro Freitas Costa Mourão, foi condenado a ressarcir o Município por ter usado dinheiro público para pagar matéria jornalística como instrumento de promoção pessoal. A decisão foi da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O entendimento unânime do órgão colegiado reformou sentença do Juízo da Comarca de Buriti, que julgou improcedente o pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), em ação civil pública por ato de improbidade administrativa. A decisão de primeira instância havia entendido não ter sido comprovado o uso de dinheiro público no pagamento da matéria veiculada em jornal de São Luís.

O MPMA, então, apelou ao TJMA, alegando que a prova nos autos revela a violação aos princípios da impessoalidade e moralidade, pois, em se tratando de



matéria paga, o objetivo deveria ser apenas informativo e não promocional.

O relator da apelação, desembargador Paulo Velten, disse que a matéria foi paga por agência de publicidade e contém duas fotografias do então prefeito e oito parágrafos, sendo que cinco deles referem-se ao “Prefeito Neném Mourão” como o grande responsável pelo sucesso das festividades momescas do município.

O magistrado destacou que, longe de apenas divul-

gar o carnaval da cidade, a matéria enfatiza a gestão de Mourão à frente da administração municipal, por meio da utilização de expressões como “iniciativa da Prefeitura com Neném Mourão” e “grande ideia do prefeito Neném Mourão”, relacionando a alegria dos foliões que prestigiaram o carnaval na cidade a essas ações do apelado.

Paulo Velten considerou evidente a violação aos princípios da impessoalidade e moralidade administra-

tivas, já que na publicidade institucional não pode haver, segundo norma constitucional, referências a nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

O relator destacou que, na hipótese, dispensa-se a comprovação do dolo específico, já que a Lei de Improbidade contenta-se com o chamado dolo genérico. A decisão condenou o ex-prefeito ao ressarcimento do dano, no valor correspondente ao custo da publicidade, R\$ 373,00, atualizado a partir do desembolso, em 27 de fevereiro de 2007, bem como ao pagamento de multa civil de três vezes o valor da remuneração do cargo de prefeito.

Os desembargadores Jaime Ferreira de Araújo e Marcelino Everton também deram provimento ao recurso do Ministério Público, reformando a sentença de primeira instância.

(Processo nº 17330/2016)

# OAB-MA apoia a realização o II Fórum de mediação e arbitragem realizado pelo CBMAE-MA

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), por meio da Escola Superior de Advocacia, apoia a realização do II Fórum de Mediação e Arbitragem para o Mercado Advocatício, que será realizado no próximo dia 11 de maio, a partir das 08h, em seu auditório.

O evento é uma realização da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da ACM (CBMAE MA), em parceria com a Associação Maranhense de Advogados (AMAD), com o Conselho de Mediação – Resolução de Conflitos (Mediando), e com o Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública (CECGP).

A mediação e a arbitragem são vistas atualmente como inovadoras técnicas de resolução de conflito extrajudicial em quase todos os ramos do direito. São de grande importância para a sociedade, sobretudo para os profissionais da advocacia.

O presidente da OAB-MA, Thiago Diaz, fará a palestra de abertura a partir das 08h. O Fórum que se estenderá ao longo de todo dia, 11/05, reunirá ren-

dados advogados e juristas ligados à área que debaterão questões como: a “Mediação e Arbitragem para o Mercado Advocatício”, palestra que será proferida pelo presidente da Comissão Especial de Arbitragem do Conselho Federal da OAB, Daniel Fábio Jacob Nogueira; a “Câmara de Mediação”, tema que será apresentado pelo presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA), Roberto Pasqualin e a palestra “Arbitragem Privada e Soluções Alternativas de Conflitos com o Auxílio das Mídias Eletrônicas”, que será de proferida Alessandra Balestieri que é Mediadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro .

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA), pelo endereço eletrônico: <http://www.oabma.org.br/esa/agenda/evento/197>.

Serviço:

O quê: II Fórum de Mediação e Arbitragem para o Mercado Advocatício  
Quando: 11 de maio

Local: Auditório da OAB/MA

Horário: das 08:30 às 18h

Certificado: 06h

Inscrições: Grátis. Feitas pelo site da CBMAE MA  
Veja abaixo Programação Completa do Evento.

II Fórum de Mediação e Arbitragem para o Mercado Advocatício

Abertura: 08:30h – MANHÃ

Thiago Roberto de Moraes Diaz - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão

09:30h – MANHÃ

PALESTRA: Mediação e Arbitragem para o Mercado Advocatício

Palestrante: Daniel Fabio Jacob Nogueira - Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Presidente da Comissão Especial de Arbitragem do Conselho Federal da OAB

Mediador: Luís Augusto de Miranda Guterres Filho - Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Debatedora: Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino - Membro efetivo do IAB. Vice-Presidente da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB/MA

14:30h – TARDE

PALESTRA: Soluções Alternativas de Conflito com o Auxílio das Mídias Eletrônicas

Palestrante: Alessandra Balestieri - Mediadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Sócia e Mediadora da AB - Câmara de Mediação RJ

Mediador: Luiz Roberto de Menezes Gomes - Diretor Jurídico do Mediando, Conselheiro Estadual da OAB/MA

16:30h – TARDE

PALESTRA: Câmaras de Mediação e Arbitragem Privadas

Palestrante: Roberto Pasqualin - Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem - CONIMA

Mediador: João Batista Ericeira - Diretor da Escola Superior de Advocacia da OAB/MA, Presidente da Associação Maranhense de Advogados - AMAd

Debatedor: José Luiz de Almeida - Desembargador e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

# Desembargador Bernardo Rodrigues ministra palestra para alunos do ensino médio

Cerca de 40 alunos do Centro de Ensino Governador Edson Lobão (Cegel) participaram da palestra “Direitos Sociais e Cidadania”, ministrada pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Bernardo Rodrigues. A palestra foi oferecida a alunos do 3º ano, da disciplina de Sociologia, a convite do professor e servidor do TJMA, Teones Campelo.

Na ocasião, o desembargador tratou, de forma didática, sobre temas relacionados aos direitos fundamentais, sociais e políticos, igualdade, prática dos direitos e deveres do cidadão e acerca da importância da Constituição Federal para a vida do cidadão brasileiro. “A receptividade, o comportamento, as perguntas e interesse deles com inteligência, foram excelentes”, ressaltou o desembargador.

Bernardo Rodrigues compartilhou de sua trajetória de vida e carreira profissional, lembrando momentos desde a época como jogador profissional de futebol no Graça Aranha Esporte Clube, em 1967, até o ingresso e percurso na carreira como magistrado no Judiciário maranhense.

“A sociedade não sabe o que nós fazemos enquanto magistrados, só acompa-



nam os resultados dos julgamentos e não compreendem o caminho que a gente percorre. Não conhecem a pessoa, não sabem quem é e de onde veio, qual o pensamento de vida, quais são os anseios, a programação, não sabem muito sobre nós, e isso é necessário”, frisou o magistrado.

Para o professor Teones Campelo, a palestra foi de suma importância por mostrar na prática a vivência do desembargador Bernardo Rodrigues sobre cidadania. “Os alunos puderam ouvir a história de uma pessoa que vem de uma família humilde tal como a deles. Puderam ter noção do que é o direito social e a cidadania na vida real, vivida por um desembargador, no ponto de vista dele, não do ponto de vista só do professor, do aluno, dos pais ou das pessoas que eles convivem comumente”,

afirmou o professor.

Os alunos, em fase de decidir o futuro e a carreira, mostraram-se motivados com as experiências compartilhadas durante a palestra. “Achei interessante porque é totalmente diferente. A gente pensa que as pessoas que estão no poder são orgulhosas, mas ele não, ele mostrou com humildade o que realmente importa na vida e ensinou sobre os direitos sociais e a igualdade. Gostei bastante”, disse Juliane Cantanhede, aluna do 3º ano.

Para o estudante Umatan Júnior, foi um momento importante por ter esclarecido o tema aos alunos de forma muito prática, não encontrada nos livros. “O que recebemos hoje diz respeito ao conhecimento empírico que podemos levar para o futuro. Foi uma experiência

para pararmos e refletirmos lá na frente. Um dia vou dizer que estive em uma palestra e aquele conhecimento me serviu para algo. É algo que serve sempre, não adianta repulsar, um dia você vai precisar daquilo. Para mim foi muito interessante e pôde me tirar muitas dúvidas”, salientou o adolescente.

Thaís Correa acrescentou que apesar da complexidade do assunto, ela teve o entendimento ampliado do tema por conta da vivência do desembargador. “Foi muito instrutivo para mim que sou jovem, abriu mais a minha mente. A melhor coisa que ele poderia ter feito foi ter trazido a vida dele para a sala de aula”, enfatizou.

O desembargador Bernardo Rodrigues também falou sobre a responsabilidade de cada cidadão na busca por seus objetivos e por um futuro melhor e ressaltou a espiritualidade como base de vida. “Eu não tenho que estar pensando no que passou, eu tenho que olhar para frente, para o futuro, é a vida de vocês. Vocês é que são responsáveis pelo que vai acontecer no futuro, eu venci e não é porque eu seja o bom, mas é porque existe Deus, existe uma força monumental maravilhosa, que se você estiver conectado com ela, você caminhará para o bem”, aconselhou.

# Desembargador Martin Schulze visita Pleno do TJMA



## Desembargador Martin Schulze visita Pleno do TJMA



Durante sessão jurisdicional nesta quarta-feira (10), o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu a visita do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Martin Schulze.

Coordenador do Comitê Executivo Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, o magistrado está em São Luís participando do Workshop “Judicialização da Saúde – Ações de planejamento e gestão sistêmicos com foco na saúde, visando à redução da judicialização”, organizado pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) e pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA).

Martin Schulze apresentou aos desembargadores uma cartilha que mostra a experiência do Rio Grande do Sul na questão da judicialização da saúde, com o projeto “Ação de Planejamento e de Gestão Sistêmicos”.

O projeto desenvolve ações visando à redução da judicialização da saúde, envolvendo 20 instituições do sistema de Justiça e da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. “Prestamos nosso apoio ao Comitê de Saúde do TJMA, para a busca e desenvolvimento de soluções”, observou.

Os desembargadores do TJMA e o presidente da Corte, desembargador Cleones Cunha, ressaltaram a presença do magistrado e sua experiência no trabalho relacionado às questões de saúde que chegam ao Judiciário.

O desembargador João Santana de Sousa, coordenador do Comitê Estadual de Saúde e coordenador do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde do TJMA, destacou os anos de dedicação do desembargador Martin Schulze às questões de saúde instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Ele entende que a saúde não precisa ser judicializada, uma vez que é definida pela Constituição Federal como dever do Estado e direito dos cidadãos”, frisou o desembargador.

# **PGJ recebe integrantes do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude**

PÁGINA 5

## ESCUA ESPECIAL

# PGJ recebe integrantes do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, recebeu, na tarde desta terça-feira, 9, os promotores de justiça integrantes do Grupo de Escuta Especial, do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp-IJ). Os promotores de justiça entregaram, na ocasião, a Nota Técnica elaborada pelo grupo.

O Grupo de Escuta Especial foi criado em 2015, por uma portaria assinada pela então procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha. Em 2016, em uma nova portaria, Luiz Gonzaga Coelho alterou a composição do grupo, aumentando o número de integrantes.

O objetivo do grupo foi conhecer as diferentes formas de oitiva especial de crianças e adolescentes, como forma de subsidiar a atuação do Ministério Público, primando pelo melhor interesse infanto-juvenil por meio de um atendimento mais especializado.

A Nota Técnica elaborada pelo grupo aponta a “necessidade de se criar mecanismos para evitar a chamada vitimização secundária. Especialmente quando da oitiva repetitiva em diferentes locais, por diferentes profissionais, levando aos envolvidos reviver reiteradamente a situação de violência de forma traumá-



Procurador-Geral Luiz Gonzaga Coelho recebeu Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Escuta Especial

tica”.

O documento também traz algumas sugestões, que foram levadas ao procurador-geral de justiça. Uma delas é que o chefe da instituição trate com o Tribunal de Justiça a respeito do disciplinamento do compartilhamento do uso das salas de depoimento especial para as investigações do Ministério Público e Polícia.

Outra sugestão é a de que o procurador-geral de justiça provoque o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para a edição de uma resolução que discipline as normas gerais, no estado, sobre a escuta especializada

como procedimento de entrevista sobre situações de violência com crianças e adolescentes.

Sugeriu-se, ainda, que a Escola Superior do Ministério Público ofereça de forma permanente capacitações e treinamentos para membros e servidores da instituição sobre a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes.

Participaram da elaboração da nota técnica os promotores de justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho (coordenador do CAOp-IJ), Michelle Adriane Saraiva Silva Dias, Márcio Thadeu Silva Marques (integrantes do

CAOp-IJ), Aline Silva Albuquerque, Eduardo André de Aguiar Lopes, Érica Ellen Beckman da Silva, Eveline Barros Malheiros, Francisco de Assis da Silva Jr., Gabriele Gadelha de Almeida, Hagamenon de Jesus Azevedo, Júlio Aderson Borralho Magalhães, Karini Kírimis Viegas, Lúcio Leonardo Froz Gomes e Marina Carneiro Lima de Oliveira.

Também participaram a assessora jurídica do CAOp-IJ, Carla Costa Pinto; a assessora técnica do CAOp-IJ, Naisandra Mota Silva; e Ronnedey Santos de Carvalho, assessor de promotor de justiça.

(REDAÇÃO: RODRIGO FREITAS (CCOM-MPMA))

## EX-PREFEITO DE BURITI É CONDENADO



O ex-prefeito de Buriti, Francisco Evandro Freitas Costa Mourão, foi condenado a ressarcir o Município por ter usado dinheiro público para pagar matéria jornalística como instrumento de promoção pessoal. A decisão foi da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O entendimento unânime do órgão colegiado reformou sentença do Juízo da Comarca de Buriti, que julgou improcedente o pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), em ação civil pública por ato de improbidade administrativa. A decisão de primeira instância havia entendido não ter sido comprovado o uso de dinheiro público no pagamento da matéria veiculada em jornal de São Luís.

O MPMA, então, apelou ao TJMA, alegando que a prova nos autos revela a violação aos princípios da impessoalidade e moralidade, pois, em se tratando de matéria paga, o objetivo deveria ser apenas informativo e não promocional.

O relator da apelação, desembargador Paulo Velten, disse que a matéria foi paga por agência de publicidade e contém duas fotografias do então prefeito e oito parágrafos, sendo que cinco deles referem-se ao “Prefeito Neném Mourão” como o grande responsável pelo sucesso das festividades momescas do município.